

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O “1.º DIREITO - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” é um programa de apoio público, lançado em 2018, para a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e cuja situação de carência financeira não lhes permite suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

No 1º trimestre de 2021, o Governo, através do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, assumindo que as carências habitacionais em Portugal ultrapassam as 26 mil famílias identificadas pelo IHRU em 2018, afirmou que só será possível saber a dimensão final do valor que comprometido quando todos os municípios entregarem a Estratégia Local de Habitação no âmbito do programa do 1.º DIREITO.

Perante a quase inexistente execução do programa 1º DIREITO desde o seu lançamento até 2020, o Governo decidiu destinar uma verba do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ao 1.º DIREITO, orçamentada em 1,2 mil milhões de euros, um valor inferior ao que estava inicialmente previsto no primeiro draft do PRR, para 26 mil famílias até 2026. Estas são as mesmas 26 mil famílias a quem o Primeiro-ministro António Costa já tinha prometido, em 2018, habitações dignas até 2024.

Neste âmbito, o Sr. Ministro, em diversas reuniões, destacou que se trata de um financiamento “100% a fundo perdido” para este programa, ainda que, em diversos Acordos de Colaboração celebrados e assinados entre os Municípios e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o financiamento a “fundo perdido” previsto seja de apenas 40%.

De acordo com o último balanço oficial, o Programa 1.º DIREITO já celebrou 76 acordos com Autarquias, estando, até ao momento, identificadas mais de 28 mil famílias com carências habitacionais.

Consequentemente, se o Executivo compartilhar a 100% todas as casas para as famílias que precisam de apoio, terá de avançar com investimento total de, pelo menos, 1.588 milhões, um

valor acima dos 1.211 milhões de euros inicialmente previstos para este fim.

Além disto, de acordo com uma reportagem divulgada por um órgão de comunicação social, pode-se estimar que quando estiverem celebrados os Acordos com os restantes Municípios, o montante de investimento destinado a solucionar as carências habitacionais poderá rondar os 2.800 milhões de euros, ou seja, um valor substancialmente superior ao previsto, criando assim um “buraco” nas contas públicas de aproximadamente 1.600 milhões de euros.

Ainda que, segundo fontes da Secretaria de Estado da Habitação, “O Programa não está limitado ao PRR, mas antes foi reforçado com o PRR que, nestes primeiros anos, constituirá a principal fonte de financiamento para acomodar as necessidades reais de cada município, contratualizadas a cada investimento”.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD têm acompanhado esta situação com preocupação pela ausência de rigor na programação nas contas públicas e, por diversas vezes ao longo dos últimos anos, já alertaram que devem ser acauteladas soluções habitacionais dignas, no entanto, tem de ser igualmente salvaguardado, previsto e programado o financiamento dos programas. Além da necessidade de rigor nas contas públicas, não é aceitável o Governo assinar protocolos sem ter ideia de como vai cumprir aquilo que está a prometer.

Assim, face do exposto, e dado que subsistem muitas dúvidas entre as declarações do Sr. Ministro e o que consta assinado nos diversos Acordos de Colaboração entre os Municípios e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e, considerando a importância da matéria em análise, o Grupo Parlamentar do PSD vem, por intermédio de Vossa Excelência, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requerer ao Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que seja facultado, com carácter de urgência, o envio dos diversos Acordos de Colaboração já assinados entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e os Municípios.

Palácio de São Bento, 19 de agosto de 2021

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

Deputado(a)s

ISABEL LOPES(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)